ANAIS
IV EURO ELECS
2021

ARTIGO

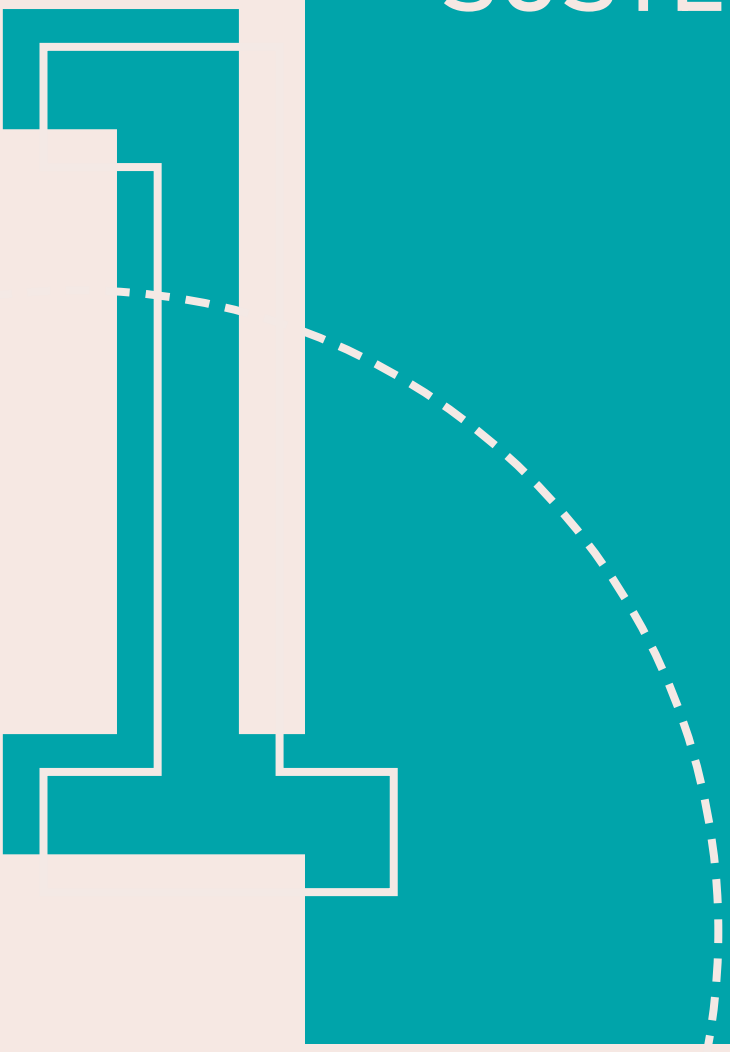
FORTALECENDO PRÁTICAS COMUNITÁRIAS SOCIOECOLÓGICAS PARA SUSTENTABILIDADE LOCAL

ROCHA, Heliana Faria Mettig
(helianamettig@ufba.br)
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

MOREIRA, Diego Santos
(dmoreira921@hotmail.com)
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

SANTOS JUNIOR, Erivan de Jesus
(sannarchi@gmail.com)
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

GUEDES, Daniele de Oliveira
(daniele_oliveiraguedes@hotmail.com)
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil



PALAVRAS-CHAVE:

Convergência socioecológica, Infraestrutura verde, Práticas comunitárias.

RESUMO

O cenário de um conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) parcialmente implantado em Igrapiúna, uma cidade pequena do Estado da Bahia, não é muito diferente do que foi reproduzido por todo o Brasil. Em terreno afastado do centro urbano, com infraestrutura básica mínima, baixa mobilidade, nenhuma acessibilidade e inexistência de planejamento e projeto para as áreas verdes e livres entre as unidades habitacionais. Por outro lado, as 30 famílias que foram instaladas vêm desenvolvendo iniciativas de cuidado coletivo no entorno das residências, por meio de ações de manutenção das áreas de uso comum, buscando qualificação na pavimentação, iluminação, segurança e técnicas de plantio agroflorestais. Estas práticas apresentam características emergentes de resiliência local, frente às demandas não atendidas pelo governo e, sobretudo, atitudes de resistência em prol do direito à cidade. A proposta deste artigo é apresentar uma experiência projetual desenvolvida para esta situação-problema, no âmbito de um workshop virtual promovido pela Faculdade de Arquitetura da UFBA no 2º semestre de 2020, quando a pandemia do covid-19 implicava em isolamento social e não presencialidade. A metodologia utilizada envolveu uma pesquisa a dados secundários sobre a região, a presença de um morador local na equipe e diálogos remotos. A apreensão do lugar foi baseada na identificação das práticas locais, buscando entender questões prioritárias e soluções compatíveis com futuras ocupações, respeitando os usos pré-existentes. Foi desenvolvido um zoneamento, com proposições que contemplavam questões levantadas sobre a possibilidade de geração de autonomia alimentar e de renda para os moradores, ao incorporar áreas agricultáveis, de lazer, de conservação e de venda do excedente. Incorporando à problemática as dimensões integradas de saúde, renda, segurança e mobilidade, foi apresentado o projeto de um abrigo multifuncional que reunia a funcionalidade de ponto de ônibus, ponto de higienização, exposição e venda de alimentos, em local estratégico para a segurança da comunidade.

1. INTRODUÇÃO

O contexto socioambiental urbano das cidades brasileiras se encontra muito impactado por questões sociais e ambientais recorrentes. Dentre os principais fatores que retroalimentam a precariedade, vulnerabilizando comunidades e territórios, está o fato de que as políticas públicas que deveriam promover o interesse social e coletivo, acabam por funcionar como dispositivos que mantém o poder econômico de poucos, alinhando os setores políticos hegemônicos aos interesses econômicos neoliberais.

Em contrapartida, outros setores, não hegemônicos, avançam em práticas locais que buscam alternativas às lacunas das políticas públicas existentes. Muitas vezes, estas são invisibilizadas pelo seu alcance local e comunitário, não significando que sejam menos importantes nos processos de transformação socioespacial e desenvolvimento local.

Segundo Löwy[1] (2015), as práticas socioecológicas emergentes são universais e independem da questão de classe ou contexto sociopolítico. Além disso, são convergentes em relação à auto-organização pela base (autogestão), por uma espécie de democracia direta nos processos decisórios relativos às questões sociais e ambientais.

Dentre os aspectos mais relevantes encontrados nestas práticas emergentes, o enfoque na formação de comunidade e no vínculo com a natureza, reforçam esta interdependência, que possibilita promover convergência entre questões sociais e ambientais nas ações locais, muitas vezes não contempladas em intervenções urbanas de projetos públicos (Rocha, 2017).

Nesse artigo, a pesquisa sobre práticas socioecológicas, que vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos cinco anos pelo Grupo de Estudos em Práticas Socioecológicas, no âmbito do LabHabitar[2] e, mais recentemente, junto à LAIPS[3], vem desenvolvendo uma abordagem socioecológica para projetos urbanos, no sentido de reconhecer e analisar essas práticas emergentes em lugares de moradia e convívio como potenciais de transformação do ambiente construído.

O fortalecimento dessas práticas comunitárias em conexão com a natureza, foi experienciada por meio da assessoria técnica de estudantes de Arquitetura e Urbanismo, no processo de participação do *Workshop Online* de Projeto FAUFBA 2020, por um caminho metodológico de sensibilização cartografando a ação das pessoas envolvidas e das relações estabelecidas destas com a natureza, incorporando as demandas relacionadas ao enfrentamento do coronavírus no ano de 2020. O processo de projeto também buscou contribuir com a sustentabilidade local, ao incluir

1 Michael Löwy é um pensador marxista brasileiro radicado na França, onde trabalha como diretor de pesquisas do *Centre National de la Recherche Scientifique*.

2 LabHabitar - Laboratório de Habitação e Cidade. Linha de Pesquisa Ambiente Construído, PPGAU/UFBA.

3 LAIPS - Liga Acadêmica Interdisciplinar em Práticas Socioecológicas, Faculdade de Arquitetura - UFBA.

questões como a ampliação da autonomia para segurança alimentar, mobilidade, acessibilidade e geração de renda, dentre outros aspectos que visam melhores condições de vida e de moradia, no seu sentido mais amplo.

Esta abordagem possibilita sensibilizar e promover o resgate da ambiência dos espaços os tornando mais humanizados, a partir de valores de solidariedade, confiança mútua, simplicidade voluntária e, acima de tudo, alteridade, o que envolve reconhecimento, compreensão e aprendizagem com as diferenças, respeitando o outro em sua singularidade individual em meio a processos coletivos.

2. FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA

2.1 POLÍTICA NACIONAL DE HABITACIONAL E O DIREITO À MORADIA

A construção de um debate que ganha força a partir dos movimentos sociais urbanos ao longo das últimas décadas, vem certificando uma nova ética social que politiza a discussão sobre a produção de cidades, formulando um discurso responsável em que o direito à cidade, ou ao acesso à cidade, deve ser um direito a todas as pessoas que desejam e necessitam explorar as suas potencialidades, longe de toda e qualquer segregação. Desse modo, as reflexões mais coerentes com os conceitos de cidades mais inclusivas passaram a incorporar a ideia de cidade acessível a todas as pessoas, habitação adequada, além de garantir alcance da população aos serviços públicos, educação de qualidade, mobilidade, e direito à vida.

Nesse sentido, o contexto da habitação social no país é marcado por um longo período de luta e resistência dos variados setores da sociedade que articularam o movimento pela reforma urbana desde a década de 1960, resistindo aos impactos de violência e opressão sofridos durante a ditadura militar (1964-1987). A partir da organização popular em movimentos de resistência ao sistema ditatorial instalado foi possível derrubar este sistema de governo e iniciar um novo período de democracia no país, com a publicação da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Desde então houve um expoente crescimento nas conquistas relacionadas à cidade até a década de 2000, com a incorporação do processo de participação e da função social da propriedade na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade em 2001 (Lei Federal nº 10.257/01) e nos Planos Diretores das cidades; a criação do Ministério das Cidades em 2003, e do Conselho das Cidades em 2004; e em 2005, a aprovação do projeto de lei de iniciativa popular para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), quando o país passa a ter um Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), peça chave para a implementação de uma política nacional com o objetivo de proporcionar habitação para a população de baixa renda e combater a exclusão territorial.

O Estado ao assumir como responsabilidade as demandas de habitação provocou a ampliação de políticas públicas que garantiam o direito à moradia a muitas famílias, como o Programa Crédito Solidário, em 2006, e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009. Este último estabeleceu um tratamento especial sobre a regularização fundiária de interesse social, contendo procedimentos e novos instrumentos como a demarcação urbanística e legitimação de posse para simplificar e viabilizar a regularização fundiária de assentamentos de baixa renda. No entanto, autores como Maricato (2011) e Gordilho-Souza (2014) analisam criticamente que o arranjo executivo deste programa foi orquestrado entre governo federal e interesses do setor imobiliário, comprometendo as reivindicações dos movimentos por moradia digna, assim como a qualidade da moradia em seus diversos aspectos. É neste contexto que se insere o conjunto habitacional construído na cidade de Igrapiúna, região do Baixo Sul na Bahia, como mostra a Figura 1 abaixo.



Figura 1. Localização do município de Igrapiúna, na região sul da Bahia.

2.2 O TERRITÓRIO, SEU ENTORNO E AS POLÍTICAS INCIDENTES

Igrapiúna é um município litorâneo no interior da Bahia, localizado no território de identidade Baixo Sul. Faz fronteira ao norte com o município de Ituberá, que possui uma intensa produção de cravo da índia (*Syzygium aromaticum*) e piaçaba (*Attalea funifera*) e ao sul com o município de Camamu, que entre os produtos agrícolas cultivados encontra-se o cacau. Em Igrapiúna a produção de látex, matéria prima usada na produção de borracha, extraído da seringueira (*Hevea brasiliensis*) é a cultura mais presente, embora seja possível encontrar ao longo de todo o município cacau-cabruca e outros sistemas agroflorestais (Alves, Santos Júnior, 2021).

Existe na região um monopólio na produção de borracha (Porto, 2019), sendo as duas grandes indústrias que fazem o beneficiamento dessa cultura, a Agro Industrial e a Plantações Michelin da Bahia (PMB), esta com extensas propriedades destinadas para a heveicultura. Os 10 mil hectares de terras pertencentes à filial desta empresa francesa estendem-se pelo município de Igrapiúna, em uma ocupação que começa em 1983, quando a Firestone que já investia em seringueiras no local desistiu do empreendimento e vendeu as terras para a Michelin (Lima, 2011). Aproximadamente 3 mil hectares são para a conservação, preservação e restauração de floresta nativa do bioma de mata atlântica. Além disso, havia cerca de 10 vilas espalhadas pela propriedade da PMB com objetivo de abrigar, nas proximidades, os operários que atuariam na produção do látex desde o plantio da seringueira até a sangria (Alves, Santos Júnior, 2021).

Ao longo dos anos, algumas dessas vilas foram demolidas para ampliação espacial da área de produção da borracha. Alguns moradores dessas vilas foram remanejados para outras vilas, outros para os centros urbanos. Nesse momento, a Caixa Econômica Federal, Prefeitura de Igrapiúna e Plantações Michelin da Bahia firmaram um acordo para priorizar a cessão de casas construídas pelo PMCMV, para os operários que não possuíam casas próprias. O loteamento onde o projeto foi executado pertencia à Michelin e foi repassado para o município como parte desse acordo, passando a se chamar Nova Igrapiúna.

O projeto do PMCMV para este município previa mais de 200 casas destinadas à famílias de baixa renda, operários e ex-operários da Michelin. Contudo, as obras estão paradas a mais de 10 anos e o montante de casas entregues/construídas não chega nem a 15% do total previsto. Recentemente a Prefeitura de Igrapiúna, sem consulta pública, resolveu doar os terrenos onde seriam assentadas as outras casas previstas pelo projeto original, deixando sob a responsabilidade dos novos proprietários a construção desassistida de suas casas.

Diante disso, os moradores que há pelo menos 10 anos se apropriaram das dinâmicas que foram estabelecidas nas relações entre vizinhança e a natureza no território, temem que a ocupação desordenada nessas áreas acabe por gerar uma desapropriação dos residentes e apagamento dos seus modos de vida.

Nas vilas, geralmente muito distante dos centros urbanos, os funcionários se apropriam do solo para cultivo e para a criação de animais. Associados às casas cedidas pela indústria, encontram-se pequenos abrigos improvisados pelos moradores, onde são montados espaços para depósitos de materiais diversos e fornos à lenha para o cozimento de alimentos. Essas características de uso do espaço atravessam este inacabado conjunto de habitação de interesse social, que embora mais próximo do centro urbano, está carregado de hábitos rurais (Alves, Santos Júnior, 2021).



Figura 2. Uso do solo e práticas locais. A - Horta; B - Único acesso à comunidade; C - Pomar; D - Conserto de buracos na pista.

Estas condições remetem à qualidade de vida desses moradores que já incorporaram práticas de cuidado com a terra e plantio para complementação alimentar, utilizando recursos próprios e habilidades adquiridas ao longo da vida. Incorporam um modo de vida de interdependência com a natureza. Esta realidade considera relações entre o próprio sujeito, o grupo social em que se encontra e o ambiente, com interrelações intrínsecas à sua subsistência e permanência no lugar. Estas relações envolvem as ecológicas mental, social e ambiental, trabalhadas por Guattari (2012), quando trata do paradigma ético-estético, articulado pela ético-política, ao interrelacionar a qualidade de vida com a saúde mental, física e social. O aspecto do cuidado que norteou este trabalho, portanto, foi de não perder e sim proporcionar a manutenção do modo de vida local, de forma a reconhecer e fortalecer as práticas socioecológicas existentes, visando promover a sustentabilidade local, nas dimensões da economia, saúde, social e ecologia, com sua complexidade de interrelações. A proposta, portanto, surgiu para assegurar este fortalecimento das práticas locais, configurando-se o que se pode chamar de projeto engajado (Rocha, 2017).

2.3 O CONJUNTO HABITACIONAL E AS PERCEPÇÕES DO HABITAR

O cenário do Conjunto Habitacional Nova Igrapiúna do PMCMV, parcialmente implantado em Igrapiúna, distante 180 km da capital Salvador, não é muito diferente do que foi reproduzido por todo Brasil. Localiza-se em terreno afastado cerca de 1 km do centro urbano, com infraestrutura básica mínima, baixa mobilidade, nenhuma acessibilidade e inexistência de planejamento das áreas verdes e livres entre as unidades habitacionais.

As hortas familiares e roças são bastante comuns, sendo os moradores também os responsáveis pelo plantio dos seus próprios alimentos, configurando práticas socioecológicas que podem intensificar a soberania alimentar, e melhorar a qualidade de vida local, seja pela disponibilidade de alimentos produzidos organicamente ou pela melhora na atmosfera devido aos sistemas agroflorestais adotados.

A omissão cotidiana dos órgãos públicos, condiciona os moradores que, sem assistência técnica, a decidir entre si o que é melhor para o bairro. São eles os responsáveis pelo paisagismo, pela construção dos espaços de socialização, esporte e lazer, bem como da construção de hortas familiares, dentre outros modos de organização, moldando o interesse de transformar o bairro num sistema de gestão condominial a fim de conseguirem forças para reivindicar o apoio que a prefeitura não dispõe, e evitar futuras ocupações irregulares.

As 30 famílias que foram instaladas vêm desenvolvendo iniciativas de cuidado coletivo no entorno das residências, por meio de ações de manutenção das áreas de uso comum, buscando qualificação na pavimentação, iluminação, segurança e técnicas de plantio agroflorestais.

3. RECONHECIMENTO E ANÁLISE DO LUGAR

O processo metodológico envolveu pesquisa sobre dados socioespaciais e econômicos da região, sob orientação remota de docentes e tutores de pós-graduação pela plataforma *Discord*, além da participação de um morador do bairro em estudo na equipe de estudantes de Arquitetura, que acumulava experiência sobre o lugar.

A pandemia do coronavírus impossibilitou a realização de atividades presenciais, por motivos de distanciamento social, dessa forma, a pesquisa se desenvolveu com o apoio de um morador pertencente a comunidade local, o mesmo que trouxe como demanda a necessidade de planejamento que o lugar almeja, e que proporciona a aproximação com o espaço. Esta metodologia converge com as visões da Ana Clara Torres Ribeiro (2014) ao afirmar que mais importante do que aprender sobre o outro, é aprender com o outro, de modo que as visões dos habitantes e os saberes adquiridos ao longo da vida no território são extremamente significativos para conhecer as demandas reais do lugar e de quem nele habita.

Inicialmente buscou-se analisar esse território em escala macro, observando as relações com o município do qual faz parte, e aos poucos o foco se voltou para a escala do bairro e as dimensões do indivíduo. O objetivo aqui, é entender como se comportam os vários agentes formadores deste espaço, desde os climáticos e ambientais até os antropológicos, para, enfim, propor um planejamento que dialoga com a realidade cultural local.

Nas análises ampliadas, se faz possível perceber a forte relação agrícola que as comunidades dessa região apresentam com os espaços verdes e livres, bem como, com as vastas zonas onde repousam remanescentes do bioma de mata atlântica

em configurações geográficas variadas. Entre morros e planícies, diferentes hábitos moldam esses espaços (Alves, Santos Junior, 2021). Em Nova Igrapiúna, essa vastidão de usos pode ser percebida ao norte, leste e oeste do bairro onde encontra-se parte das plantações de seringueiras da indústria de látex da Michelin, entre morros e vales. No sudoeste, sul e sudeste, remanescentes de mata atlântica beiram um rio que desce no sentido noroeste para sudoeste.

Considerando os fatores ambientais e climáticos da região com os hábitos e práticas dos moradores, analisa-se o quão intensa é a sociobiodiversidade. A exemplo disso, em Nova Igrapiúna, nas pequenas plantações de hortaliças e frutas destinadas para o consumo próprio, presentes entre as plantações de seringueiras e mata nativa, se afirmam essas relações entre os vários agentes formadores do espaço (civis, ambientais, climáticos e corporativos).

A partir da compreensão de que as condições ambientais interferem nas dinâmicas dos moradores, e entendendo que, ao longo do ano, as diferentes características climáticas garantem conformações ambientais diferentes para os espaços, bem como, sabendo que disso resultam novas necessidades para os diversos componentes nestes ambientes, buscou-se entender as ações de uso do espaço descritas anteriormente e como esses hábitos se desenvolvem ao longo do ano. É nesse processo que é possível perceber que as estações do ano alteram drasticamente as dinâmicas do bairro, e da região, em contexto mais amplo, gerando períodos de seca e cheia, como são conhecidos aqueles momentos em que a quantidade de chuva aumenta ou reduz, causando inundações ou redução nos volumes dos rios, que alteram os espaços onde as plantações de hortaliças acontecem.

4. DISCUSSÃO

Nesse contexto, surgiu a seguinte questão que se pretendeu responder ao decorrer das reuniões realizadas no *Workshop* Online de Projeto, promovido pela Faculdade de Arquitetura da UFBA, no segundo semestre de 2020: - De que forma podemos contribuir para que esse bairro possa organizar suas práticas coletivas e individuais, valorizando as práticas comunitárias, tornando mais eficiente sua produção e minimizando a necessidade de insumos externos ao bairro, ou seja, a potencialização do autossustento da comunidade de forma organizada?

Estas práticas emergentes de resiliência local frente às demandas negligenciadas pelo poder público caracterizam-se, sobretudo, por ações em prol do direito à cidade.

A experiência projetual desenvolvida para esta situação-problema, buscou provocar olhares atentos para novos modos de análises e proposições inovadoras para produção de cidades mais sustentáveis, inclusivas, e participativas, por meio das interrelações entre agentes da comunidade, poder público e, por que não, até mesmo dos interesses privados de empreendimentos industriais.

Diante disso, foi realizado um levantamento das práticas socioecológicas emergentes que, orientaram a identificação de padrões de uso do solo existentes, validados pelo conhecimento do lugar por parte de um membro da equipe. As dimensões

social, ambiental e as singularidades das práticas locais, foram compreendidas também ao relacionar com as condicionantes da realidade econômica e política do município. Essa leitura integrada foi possibilitada pela técnica do biomapa que facilita registrar em um único mapa diferentes temas, um plano preliminar de apropriação e uso do solo que integra a realidade local.

A apreensão do lugar foi baseada na identificação das práticas locais, buscando entender questões prioritárias e soluções de planejamento para futuras ocupações, respeitando os usos pré-existentes, os quais foram identificados na primeira etapa do projeto.

5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O projeto foi se desenvolvendo em 4 etapas, tendo como objetivo principal a elaboração de uma proposta para dar apoio às medidas preventivas para o enfrentamento ao covid-19, evitando a necessidade de deslocamento das pessoas para os grandes centros urbanos.

A primeira etapa foi o levantamento de dados e necessidades. Compreendemos que o que era demandado pelos moradores ultrapassava a prioridade do *Workshop*, pois o bairro subsiste ao descaso da gestão pública, que implantou parcialmente um projeto de habitação social do PMCMV, iniciado em 2009 e não concluído, sem atender nem a metade da população prevista.

Além disso, a cidade vem avançando para além dos limites do bairro, o que gera temor aos moradores em perder as hortas implantadas ao longo do tempo que, tanto contribuem como parte de seus rendimentos, como na manutenção de uma alimentação saudável. Foi notada a necessidade de desenvolver um levantamento de usos do território, visando um planejamento urbano que garanta a manutenção de remanescentes da mata atlântica existente, assim como, prevenir a ocupação irregular sobre as hortas e roças dos moradores atuais.

Para tanto, na segunda etapa foi desenvolvido um biomapa, ferramenta que auxilia a mapear as características ambientais, sociais e culturais do bairro, com o objetivo de compreender, visualmente, como acontecem as relações entre moradores e o território. Nesse momento, foi possível perceber que a dinâmica local também está diretamente relacionada com fatores climáticos, uma vez que a existência de um rio nas proximidades, e as hortas estarem nas suas margens, estas são perdidas quando há inundações em épocas de chuvas fortes, embora isso não seja um empecilho para plantar outras culturas mais resistentes a inundações e continuar garantindo a segurança alimentar pelos moradores. Foram mapeadas as áreas de agricultura, lazer, habitação, inundação e mata atlântica.

Na terceira etapa, os dados obtidos nas etapas anteriores foram correlacionados para encontrar as soluções viáveis a curto prazo que poderiam reduzir os impactos sociais e ambientais recorrentes no local, relativos ao descaso do poder público, do avanço da ocupação urbana desordenada, da falta de manutenção e preservação das boas práticas locais e da mata atlântica. Após o biomapa e a representação do

zoneamento com o uso e ocupação do solo, apresentados na Figura 3, ficou clara a ordenação de novos loteamentos, o que exigiria um estudo mais aprofundado para esta proposta. Desse modo, definitivamente, o abrigo multifuncional surgiu como o projeto mais viável para ser desenvolvido durante o *Workshop*. Seu objetivo incluiu, entre outras funcionalidades, um espaço para higienização das mãos, o uso como ponto de ônibus e barraca de feira, viabilizando o comércio local dos produtos orgânicos cultivados no bairro, ao possibilitar maior visibilidade, para impulsionar a venda e o fluxo de pessoas em lugar arejado, considerando o pós-pandemia, sendo de fácil execução e replicação por qualquer pessoa que tenha acesso ao projeto.

Foi desenvolvido um zoneamento, com proposições que contemplavam questões levantadas sobre a possibilidade de geração de autonomia alimentar e de renda para os moradores, ao incorporar áreas agricultáveis, de lazer, de conservação e de venda do excedente, com o objetivo de orientar a organização do território e fortalecer as práticas locais, atendendo às demandas comunitárias, integrando a diversidade de ocupações futuras e o equilíbrio ecológico. Nesse zoneamento, uma área de transição foi criada para possibilitar um fluxo controlado em um período de pandemia.

Enfim, na quarta etapa, aconteceram as discussões sobre a viabilidade e execução das propostas escolhidas, buscando entender, a partir dos dados e possibilidades encontradas, como seria realizar o projeto usando poucos recursos econômicos e aproveitando a materialidade disponível no município. Nesse momento, a segunda etapa teve papel fundamental, pois para além da escolha do material que iria materializar o projeto, foi importante identificar o local onde este seria implantado. Ou seja, afastado de qualquer área inundável ou já utilizada para outra finalidade, mas próxima da entrada e saída dos moradores no bairro, e ainda, com a facilidade de ser modular.



Figura 3. Biomapa e proposta de zoneamento da área, com base nos padrões de usos encontrados.

O projeto[4] de abrigo integrou a utilização de material biodegradável, como a madeira de reflorestamento, e material reciclado, incluindo o uso de telhado com material *tetrapak* e madeira para os apoios estruturais. Este foi localizado no único acesso ao bairro, podendo receber as instalações de ponto de higienização, ser facilmente montado e multiplicado por moradores, principalmente, aqueles que tenham acompanhado a montagem de um primeiro abrigo como protótipo.

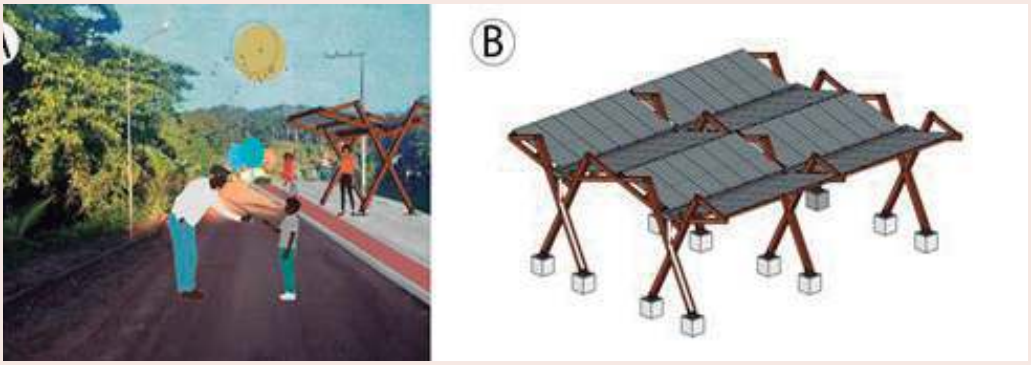


Figura 4. Perspectiva do abrigo multifuncional.

A cobertura possui um telhado com duas águas em forma de borboleta, com área de 20 m², sendo possível alocar, em um único módulo, duas pessoas quando for utilizado como feira e, até quatro pessoas, para fins de utilização como ponto de ônibus. Por estar localizado na entrada do bairro, os moradores e visitantes que possam chegar, terão como higienizar seus itens e mãos antes mesmo de chegarem às casas, reforçando a barreira de proteção contra o coronavírus.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Incorporando à problemática as dimensões integradas de saúde, renda, segurança e mobilidade, foi apresentado o projeto de um abrigo que reúne as funcionalidades de ponto de ônibus, ponto de higienização, exposição e venda de alimentos, em local estratégico para a segurança da comunidade no período da pandemia, bem como, para o pós-pandemia, ao garantir a permanência das áreas existentes utilizadas para produção de alimentos, junto às práticas locais que geram autonomia alimentar e renda.

Destaca-se que esta experiência projetual, além de trazer uma alternativa viável para uma ação de fortalecimento da sustentabilidade local por parte dos moradores, também pretende provocar o poder público e o interesse privado de grandes empreendimentos industriais, visando criar um novo olhar para as demandas locais, ou mesmo, um novo contrato social que inclua ações que precisam ser tomadas para a redução dos conflitos sociais e ambientais recorrentes nesta região, com vistas à produção de cidades mais sustentáveis, inclusivas e participativas.

4 O projeto foi apresentado no *Workshop* Online de Projeto FAUFBA 2020 por meio de um vídeo, podendo ser acessado pelo link: https://youtu.be/xkaZxdv5ndQ.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, M.R. da S.; Santos Junior, E. (2021). Lutas e resistências no território de identidade Baixo Sul/BA: (re)descobrimentos. In: I CIEP, 2021, Maceió. I Congresso Internacional Estudos da Paisagem.

Gordilho-Souza, A.; Carvalho, I.; Silva, S.; Pereira, G. (2014). Metrópoles na Atualidade Brasileira: transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador. Salvador: EDUFBA.

Guattari, F. (2012). As Três Ecologias. [Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt] Revisão da tradução Suely Rolnik. 21ª.ed. Campinas: Papirus.

Lima, P. H. S. O circuito espacial da produção de seringueira: A tecnologia e a Michelin como principal agente do circuito. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

Löwy, M. (2015). Ecosocialism: A Radical Alternative to Capitalist Catastrophe. Chicago: Haymarket Books.

Maricato, E. (2011). O Impasse da Política Urbana no Brasil. São Paulo: Editora Vozes.

Porto, J.R.S. (2019). A expansão do turismo, conflitos territoriais e resistência quilombola no Baixo Sul da Bahia. Revista Del Cesla. Polonia: Uniwersytet Warszawski, pp. 301-329.

Ribeiro, A.C.T. (2014). Teorias da Ação. Rio de Janeiro: Letra Capital.

Rocha, H.F.M. (2017). O Lugar das Práticas Comunitárias Emergentes: caminhos de convergência socioecológica em projetos urbanos. (Tese de Doutorado). PPGAU/UFBA.

AGRADECIMENTOS

Aos professores que participaram do Workshop Online de Projeto FAUFBA 2020, Sérgio Ekerman, Robério Coelho, Sanane Sampaio, Thais Portela, Eduardo Prado, aos estudantes da pós-graduação como tutores Solange Valadão e Carmélia Clough, e em especial aos integrantes da nossa equipe que também desenvolveram o projeto, Danilo Fernandes, Natália Maria, e Catarina Dourado.